

Polícia Civil mobilizada

Sinpol exige equiparação com a Polícia Federal: reajuste de 37% até 2019

Orlando Pontes (*)

O Sindicato dos Policiais Cíveis do DF mobilizará seus 5 mil filiados durante toda a semana para a apresentação da proposta de reajuste salarial a ser feita na sexta-feira (24) pelo governador Rodrigo Rollemberg. “Esperamos avançar de forma efetiva neste pleito dos policiais civis e garantir a continuação da isonomia salarial com a Polícia Federal”, diz o presidente do Sinpol, Rodrigo Franco, o Gaúcho.

A PF já assegurou um reajuste de 37% a ser pago até 2019 e os policiais civis não aceitam uma composição pela qual o GDF pague, por exemplo, um auxílio-moradia em vez do reajuste nos contracheques. Para o Sinpol, esse “penduricalho” não contempla os aposentados, além de poder ser retirado futuramente. “Queremos a equiparação com a Polícia Federal, uma conquista legal e histórica”, diz Gaúcho.

No último encontro do governador com os representantes dos policiais civis, no dia 31 de janeiro, Rollemberg pediu prazo até 24 de fevereiro. Segundo ele, até lá será possível ter uma prévia da arrecadação dos primeiros meses do ano, o que norteará como estarão as receitas do governo. Nessa reunião de sexta-feira, o GDF oficializará uma proposta aos policiais civis.

Rollemberg descartou a possibilidade de implementar outra forma de recomposição salarial que não seja a de recuperação do poder de compra dos subsídios. Além do presidente do Sinpol, participaram da reunião do dia 31 de janeiro representantes do Sindicato dos Delegados de Polícia (Sindep) e da Associação dos Delegados da Polícia Civil (Adepol) e os deputados distritais Wellington Luiz (PMDB), Cláudio Abrantes (Rede), Rodrigo Delmasso (Podemos) e Wasny de Roure (PT).



Gaúcho: “equiparação com a Polícia Federal, uma conquista legal e histórica”

Sinpol cobra nomeação de aprovados em concurso

O Sinpol cobra do governador o envio da mensagem para garantir aos policiais civis do DF a mesma recomposição salarial dos policiais federais. Segundo o presidente Rodrigo Franco (Gaúcho), a entidade atuou junto aos parlamentares distritais e federais para a reabertura das negociações. Como resultado dessa articulação, Rollemberg se comprometeu a apresentar proposta no próximo dia 24.

O Sinpol defende também a nomeação dos aprovados nos concursos e a realização de novos certames. “O quadro da PCDF tem um déficit de cerca de 50%, que deve aumentar diante do crescente número de aposentadorias. Com a Lei 12.804/2013, o Executivo federal autorizou a criação de novos postos para a Polícia Civil de Brasília. No entanto, mais de 4 mil cargos permanecem desocupados”, informa Gaúcho.

Além disso, o sindicato tem denunciado problemas enfrentados na

PCDF, como a insalubridade e a inadequação para o trabalho de várias delegacias, e cobrado providências. Gaúcho informou que existem coletes vencidos, armas com falhas técnicas, falta de munição para os treinamentos, viaturas inadequadas, mobiliário velho e insuficiência dos materiais de escritório.

Remoções – A diretoria do Sinpol reivindica ainda a atualização das atribuições dos cargos, alinhando-os ao status trazido pelo nível superior e a criação de um Concurso de Remoções. Essa última medida, para a entidade, acabaria com as transferências injustificadas. O sindicato lembra que houve a criação de dois Grupos de Trabalho (GT), em momentos diferentes, a fim de avançar nesses pleitos. No entanto, denunciam que “as mudanças ficaram apenas no papel – e dentro de alguma gaveta na mesa do diretor-geral”.

Nova diretoria será eleita em março

Outra situação que conta com o empenho do Sinpol é a da lotação dos agentes policiais de custódia, que levou a entidade a deflagrar paralisação setorial em novembro de 2015. “A interrupção das atividades ocorreu em razão da decisão do diretor-geral da PCDF, Eric Seba, em disponibilizar 115 deles para trabalharem na Subsecretaria do Sistema Penitenciário (Sesipe), sem ao menos ouvi-los. Essa paralisação demonstrou o quanto esses profissionais são indispensáveis à instituição”, disse Gaúcho.

Nesse caso, o Sinpol também ingressou como litisconsorte (em conjunto) na ação civil pública movida pelo Ministério Público do Distrito Federal (MPDFT), e conseguiu que a Confederação Brasileira de Trabalhadores Policiais Cíveis (Cobrapol) ajuizasse Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC 40) no Supremo Tribunal Federal (STF), onde figura como *amicus curiae* – fornece subsídios às decisões da Corte.

Eleições – As eleições para a diretoria do sindicato no triênio 2017/2020 serão no dia 7 de março. Gaúcho, que é candidato à reeleição, lembra que a chapa vencedora encontrará alguns avanços obtidos na atual gestão. Segundo ele, sua diretoria equilibrou as finanças, principal gargalo na administração da entidade em 2014, quando assumiu o sindicato, e saneou as contas. Com isso, o Sinpol-DF saiu de um saldo negativo de R\$ 295.159 para um superávit de R\$ 1,192 milhão.

Cecof e Sinpolzinho – Gaúcho destacou ainda a revitalização do Centro de Condicionamento Físico (Cecof) e as benfeitorias na unidade do sindicato em Taguatinga, o Sinpolzinho, que melhoraram a qualidade de vida dos aposentados. (Colaborou Cláudio Caxito)